



Nesta edição, ao trazer o tema “Eleições do século XXI: hipermodernidade e arcaísmos”, a Revista Justiça Eleitoral em Debate renova o seu compromisso de oferecer reflexões acadêmicas em alto nível sobre questões atuais e suas relações com a democracia e a cidadania.

Historicamente recente, o fenômeno do mundo virtual, as redes sociais, tem se mostrado um momento axial de transformações que inauguram uma nova forma de atuação política. Em especial, a interatividade foi percebida como a promessa de ampliação do debate público, da participação política do cidadão e de uma maior proximidade desse cidadão com os representantes populares e as instituições democráticas.

A expansão da esfera pública pelas tecnologias de comunicação e as redes sociais, porém, revela-se um fenômeno complexo. As redes sociais são também, por exemplo, um novo gênero de entretenimento, estimulado pelo interesse comercial, pela publicidade com uso de algoritmos e pelo lucro privado. O debate ilustrado ainda não produziu um consenso sobre quando essas redes virtuais de sociabilidade funcionam como esfera pública ou esfera privada, com suas bolhas de afinidade.

Alguns autores destacam também a impossibilidade de separar a experiência cultural das novas linguagens de expressão no mundo virtual. Em todo o mundo, discursos de ódio e intolerância tornaram-se um desafio aos democratas. No Brasil, a longa herança de autoritarismo na nossa cultura política contribui para elevar a tensão e revela a urgência de iniciativas institucionais que contribuam para iluminar ideias que promovam uma saída civilizatória. Iniciativas, pois, que sejam de proteção à Constituição da República de 1988 e fortalecimento da democracia e do sistema educacional inclusivo.

É preciso então ir além da ideia de progresso e novidade para pensar as tecnologias e o contexto brasileiro. Em especial as nossas práticas culturais e modos de comunicação, porque a história de cada sociedade e das suas instituições molda também a história do desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Em resumo, na análise do processo de comunicação e do uso das tecnologias, as relações humanas terão que prevalecer.

Em nosso caso, interessam-nos aquelas que são orientadas pelos ideais de fraternidade, igualdade, paz e justiça social. Eis, portanto, o que o leitor encontrará nesta edição da revista: um esforço de trazer perspectivas plurais e refinadas de análise sobre um tema complexo, que diz respeito diretamente ao exercício da cidadania no Brasil e no mundo.



Desembargador Eleitoral Ricardo Alberto Pereira
Diretor da Escola Judiciária Eleitoral